

Orçamento mudará em agosto

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

O governo está contando com os pagamentos de juros que o Banco do Brasil terá que fazer ao Tesouro até o fim deste mês, por conta da utilização de seus recursos, para compensar os devios registrados até agora na meta de contenção do déficit público, já que fechar o semestre com estouros neste "critério de desempenho" — além dos estouros já admitidos na inflação e na expansão monetária — obrigaría o País a pedir "perdão" (*waiver*) ao Fundo Monetário Internacional (FMI), alterando mais uma vez o "programa de ajustamento".

A informação é de assessores dos ministros da área econômica, ao confirmarem que até agosto — quando vem a Brasília nova missão técnica do FMI — o Governo pretende rediscutir o orçamento monetário, substituindo a meta de apenas 50% de expansão da base monetária (emissão primária de moeda) e dos meios de pagamento (papel-moeda em poder do público, mais depósitos à vista nos bancos) por novo teto mais folgado, além de pedir também a revisão do limite para crescimento do déficit público corrigido pela inflação e pelo câmbio.

No Ministério da Fazenda acredita-se que talvez não seja necessário rever formalmente a meta de expansão monetária — que dá os parâmetros do aperto no crédito e na moeda — no contato com os técnicos do FMI, pois psicologicamente funcionaria manter o objetivo de 50% mesmo sabendo que deve dar bem mais até o fim do ano. No Banco Central os técnicos que têm contato com os economistas do Fundo

acham que isso dá certo e será melhor rever formalmente os percentuais. Na Secretaria do Planejamento admite-se que a revisão do orçamento pode ser necessária inclusive para abrir espaço a algum crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo semestre, sem abrir mão do controle monetário na base das "rédeas curtas".

Em todas as áreas espera-se o fechamento dos números de junho, para depois ver o que fazer quando a economista Ana Maria Jul, do FMI, retornar ao País (provavelmente em julho, antes da chegada da missão em agosto). NO mês passado ela levou, para ser resolvida pelo staff em Washington, a proposta brasileira de revisão não apenas das expectativas de inflação (o FMI estimava em 8% a média mensal do semestre, e isso será praticamente impossível), mas também dos critérios de cálculos do déficit público.

O Governo pretendia desconsiderar, neste cálculo do déficit nominal, o deságio pago pelo Banco Central na colocação de ORTN monetárias. Como o déficit nominal (corrigido pela inflação e pela correção cambial) tende a ultrapassar os tetos combinados no semestre, em consequência da inflação, os técnicos brasileiros acreditam que somente sem a parcela do deságio seria possível, com a ajuda substancial dos juros pagos pelo Banco do Brasil ao Tesouro, segurar o saldo dos financiamentos ao setor público em apenas Cr\$ 23.75 trilhões como esse meta é considerada "critério de desempenho" pelo Fundo obrigaria o Brasil a solicitar o *waiver* em caso de descumprimento.

14 JUN 1984 CORREIO BRAZIL